

O desempenho da indústria em 1996

*Maria Cristina Passos**
*Silvia Horst Campos***

A evolução da produção industrial a partir de abril de 1996 confirmou a tendência de recuperação do crescimento já apontada na análise do desempenho das indústrias brasileira e gaúcha nas edições anteriores desta revista. Essa retomada do crescimento da atividade industrial foi estimulada, principalmente, pela flexibilização gradual da política monetária, com a modificação de uma das linhas básicas da política econômica de 1995: o acirramento da restrição ao crédito. Somaram-se, ainda, as medidas adotadas pelo Governo a partir de meados de 1996, e para proteger os setores mais afetados pela concorrência de produtos importados e para melhorar o desempenho da balança comercial. Deve-se notar, entretanto, que ainda assim a taxa de crescimento acumulada no ano se situou em um nível semelhante ao do ano anterior.

No que se refere à política monetária, verificou-se, no decorrer de 1996, uma redução das taxas de juros e das limitações à concessão de crédito. A partir de abril, foram adotadas medidas que tiveram por efeito reduzir o IOF sobre operações de crédito pessoal, de 12% para 6%, ampliar o prazo para o crédito bancário, permitir o parcelamento de dívidas em cartão de crédito, facilitar o refinanciamento de dívidas das empresas e reduzir o compulsório sobre depósitos à vista. Essa flexibilização abrandou as restrições ao crédito

* Economista, Técnica da FEE e Professora da UNISINOS.

**Economista, Técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

As autoras agradecem aos colegas André L. F. Scherer e Maria Lucrécia Calandro pelos comentários e sugestões à versão preliminar do texto e ao estagiário Eduardo Miguel Schneider pela elaboração das tabelas e gráficos.

existentes e reduziu seu custo para pessoas físicas e para empresas. Como resultado, observou-se uma maior disponibilidade de recursos para os agentes econômicos, com taxas e prazos mais adequados para estimular a recuperação do nível de atividade.

A manutenção da taxa de câmbio como a principal âncora do processo de estabilização, juntamente com a política de abertura comercial, levou a equipe econômica a implementar alguns mecanismos de estímulo às exportações com o intuito de melhorar a competitividade dos segmentos exportadores e de reduzir os desequilíbrios na balança comercial, bem como a adotar medidas de proteção aos setores mais fragilizados com a concorrência de produtos importados. Assim, em meados de 1996, foram criadas linhas de crédito especiais para o setor exportador, ao mesmo tempo em que foi aprovada a desoneração do ICMS sobre as exportações de produtos básicos e semimanufaturados. Verifica-se, portanto, que a ênfase da estratégia governamental para redução do déficit na balança comercial vem recaindo, sobretudo, sobre o aumento das exportações, mediante medidas redutoras dos custos internos, de forma a incrementar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional. Nesse sentido, deve-se, ainda, incluir o processo de privatização da infra-estrutura (transportes, portos e energia elétrica, por exemplo) numa tentativa de reduzir os custos de operação e de solucionar os entraves para uma retomada do crescimento sustentado da economia brasileira.

Por outro lado, medidas creditícias e de proteção foram adotadas para socorrer alguns dos setores mais penalizados com a abertura externa. Cabe citar, como exemplo, a criação de novas linhas de crédito do BNDES para os setores coureiro-calçadista e têxtil; a adoção de cotas de importação e o aumento da alíquota de importação para alguns produtos (como, por exemplo, têxteis e brinquedos). Tais medidas não possuem a abrangência daquelas referidas anteriormente e direcionaram-se para um número bastante reduzido de setores, principalmente os mais organizados e, portanto, com mais condições de pressionar as autoridades econômicas. Os impactos desse conjunto de medidas sobre os setores produtivos ocorrem de forma diferenciada. A natureza dos produtos fabricados, o estágio de reestruturação das plantas industriais, a participação no comércio internacional e a evolução dos preços no mercado internacional são fatores que, entre outros, influenciam sua eficácia para aumentar as exportações ou para gerar melhores condições para o enfrentamento da concorrência de produtos importados.

Este texto tem como objetivo examinar a evolução da atividade industrial no Rio Grande do Sul no ano de 1996 e os impactos das medidas de política econômica adotadas nesse período sobre o desempenho dos diversos segmentos industriais do Estado. Para tanto, serão feitas, inicialmente, algumas considerações relacionadas ao comportamento do setor industrial do País em seu conjunto, de modo a melhor situar o desempenho da indústria gaúcha junto ao contexto nacional.

A trajetória da produção industrial brasileira

A produção da indústria brasileira (transformação e extrativa mineral) apresentou uma elevação de 1,4% em 1996, representando um crescimento modesto em relação ao ano anterior. Quando se consideram as taxas de crescimento em ambos os anos, verifica-se, que foram bastante semelhantes, pois, em 1995, a produção industrial aumentou 1,7%. Todavia esses resultados encobrem desempenhos totalmente distintos ao longo dos dois anos: trajetória de queda significativa no nível de atividade em 1995 e de recuperação do crescimento em 1996.¹

Para um melhor entendimento da trajetória ascendente experimentada pela indústria brasileira em 1996, é interessante subdividir o período em dois momentos, considerando os resultados mensais da indústria de transformação em relação aos do ano anterior. O primeiro momento, que se estende até junho, foi marcado por taxas negativas em comparação com igual período de 1995, com a única exceção no mês de maio, quando a produção da indústria de transformação do País apresentou uma elevação de 2,7% frente à do mesmo mês do ano precedente. Entre janeiro e junho de 1996, a taxa de crescimento foi de -4,6%, relativamente ao primeiro semestre do ano anterior. Entretanto, como pode ser visualizado no Gráfico 1, já nesse período se detecta uma tendência de recuperação nos níveis de produção. O segundo momento, a partir de julho, caracteriza-se pelo crescimento da produção industrial, representando uma expansão da atividade quando comparada com a

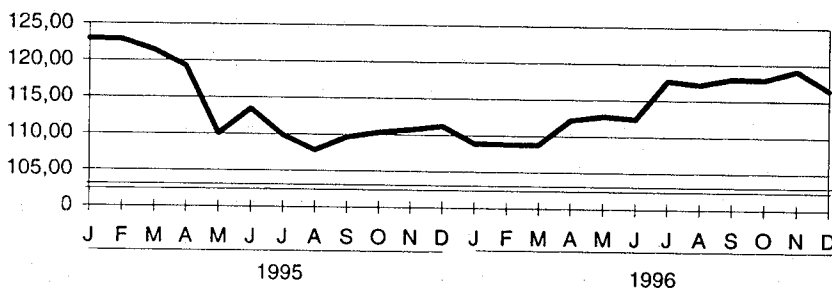
¹ Com relação ao desempenho da indústria brasileira em 1995, ver Calandro (1996) e Scherer (1995b).

do segundo semestre do ano anterior. Nesse período, a produção da indústria de transformação aumentou 7,5%. Embora esse resultado deva ser relativizado pela base de comparação muito baixa (segundo semestre de 1995), não deixa de apontar para uma recuperação importante da indústria. É interessante notar que, mesmo com essa significativa expansão, o nível médio de produção da indústria de transformação brasileira ficou somente 0,8% superior ao do ano de 1995, devido ao fato de que, nos primeiros meses de 1996, o nível de produção se encontrava abaixo da média do ano anterior.

A recuperação do patamar da atividade industrial no segundo semestre não propiciou, no entanto, que o nível de produção atingisse o de dezembro de 1994, quando se verificou o maior índice de produção do País, medido pelo indicador de produção física dessazonalizado do IBGE, de todo o período do Plano Real até a presente data. Entretanto a trajetória ascendente no segundo semestre de 1996 possibilitou que a produção industrial brasileira ficasse acima da média de 1991 em cerca de 17 pontos percentuais, nível semelhante àquele verificado nos primeiros meses do Plano Real.

Gráfico 1

Índice dessazonalizado da produção da indústria de transformação no Brasil — 1995-96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil; produção física (1996).

Rio de Janeiro: IBGE, dez.

NOTA: Base fixa mensal 1991 = 100.

A retomada do crescimento industrial no segundo semestre indica uma ruptura com o período de estagnação observado entre setembro de 1995 e abril de 1996.² Notadamente a partir de julho, a indústria brasileira superou os níveis de produção dos meses anteriores, ingressando em um novo patamar de atividade. A significativa expansão de diversos segmentos industriais repercutiu positivamente no índice geral de atividade. Para tanto, concorreram fatores que tiveram impacto positivo sobre a demanda agregada, sobretudo os relacionados à flexibilização da política monetária.

A redução gradual das taxas de juros e o conjunto de medidas adotadas para remover as restrições ao crédito a partir de meados de 1996 foram fundamentais para a retomada do crescimento. Tal recuperação foi liderada pela indústria de bens de consumo, em particular pelo segmento de bens duráveis que expandiu sua produção em 11,2% no ano em questão. A ampliação da demanda de bens duráveis de consumo, decorrente principalmente das medidas de política econômica referidas, estimulou o ritmo de crescimento dos segmentos pertencentes a essa categoria, fazendo com que de um crescimento de 2,9% no primeiro semestre atingisse a elevada taxa de 19,1% no semestre seguinte. Segundo o IBGE, na segunda metade de 1996 a expansão verificou-se tanto na produção dos produtos de elevado valor unitário, como automóveis (19%) e motocicletas (43,4%), quanto naqueles de preços médios inferiores, como bicicletas (20,6%) e eletrodomésticos (17,5%). Com relação a estes últimos, as informações divulgadas pela Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos (Eletros) registram um elevado incremento nas vendas de fornos microondas, lavadoras de roupas, dentre outros, assim como nos da linha de áudio e vídeo no ano de 1996 em relação ao ano anterior. (ELETTRÔNICO..., 1997; ELETRODOMÉSTICOS..., 1997).

A indústria de bens de capital apresentou o pior desempenho do ano, com um decréscimo na produção de 14,3%. Cabe registrar que, em todos os segmentos que compõem essa categoria houve recuo na produção. De acordo com

² Conforme Scherer (1996a), a produção industrial brasileira apresentou três etapas distintas a partir do início do Plano Real. A primeira, observada entre julho de 1994 e março de 1995, foi expansionista; a segunda, entre abril de 1995 e agosto do mesmo ano, contracionista; e a terceira, entre setembro de 1995 e abril de 1996, caracterizada pela estagnação. A referência à ruptura com a estagnação a partir de meados de 1996 já foi apontada em Scherer (1996b).

as informações divulgadas pelo IBGE, em 1996 a produção de máquinas e equipamentos destinados à indústria decresceu 14,6%, bem como a daquelas voltadas à agricultura (-21,8%), à construção (-11,6%) e ao setor de energia (-9,6%) (CAI...,1997). Considerando-se somente o gênero mecânica, que representa uma parcela significativa da indústria de bens de capital, embora tenha apresentado uma lenta recuperação, o indicador acumulado do ano registrou uma queda de 12,9%. Esse gênero foi o responsável pela maior contribuição negativa (-1,26 pontos percentuais) para a formação da taxa global de crescimento da indústria brasileira. A entrada de equipamentos importados no mercado nacional e o elevado grau de inadimplência de alguns agentes econômicos que inviabiliza a tomada de novos empréstimos junto ao setor financeiro são fatores de desestímulo à produção nacional de bens de capital. Cabe notar que o aumento nas importações brasileiras de máquinas e equipamentos não vem compensando o decréscimo na produção doméstica desses bens. Assim, a despeito de a aquisição de bens de capital estrangeiros por parte de algumas empresas afetar positivamente seus níveis de produtividade, não é possível vincular o maior volume de máquinas importadas com uma atualização generalizada do parque industrial e com acréscimos significativos na capacidade produtiva do País. Na tentativa de estimular os investimentos na renovação e na ampliação do parque industrial, no segundo semestre de 1996 foi aprovada uma medida que permite o ressarcimento do valor do ICMS na compra de máquinas, e a FINAME/BNDES passou a autorizar, a título de adiantamento, uma antecipação do pagamento de até 80% do valor financiado aos fabricantes de equipamentos.

A trajetória da produção industrial gaúcha

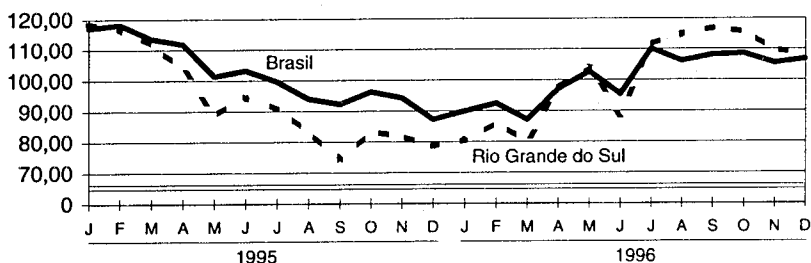
Tal como o ocorrido com a indústria brasileira, a intensa retração da atividade industrial no Rio Grande do Sul durante o segundo semestre de 1995, consequência direta das medidas de restrição ao crédito adotadas a partir de fevereiro daquele ano, deu lugar a um movimento de recuperação ao final do primeiro trimestre de 1996. As taxas positivas sucederam-se ao longo do restante do ano, com exceção do mês de junho, quando houve um recuo de 11,49%. Essa recuperação foi especialmente significativa a partir de julho, com a superação de todos os índices referentes ao mesmo período do ano anterior, gerando resultados mensais e trimestrais positivos. É im-

portante frisar, contudo, que essa melhora situou a atividade industrial gaúcha em um patamar produtivo ainda bastante inferior àquele que se estabeleceu nos primeiros meses de vigência do Plano Real.³

O bom desempenho da indústria de transformação rio-grandense no segundo semestre de 1996 também pode ser observado na comparação com a evolução da produção industrial brasileira (Gráfico 2). Com efeito, a partir de julho de 1996, a indústria de transformação gaúcha inicia uma fase de taxas mensais positivas e superiores às da indústria nacional, rompendo um período de 18 meses de desempenho inferior. Como será examinado detalhadamente mais adiante, as diversas peculiaridades em termos de composição industrial que caracterizam a estrutura da indústria gaúcha fazem com que, inúmeras vezes, a mesma experimente quedas e retomadas no crescimento da produção com intensidades diferentes daquelas apresentadas em nível nacional, embora exista uma convergência quanto ao sentido da evolução da produção industrial.⁴

Gráfico 2

Índice da produção física da indústria de transformação
no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1995-96



FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil — produção física (1995/1996). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.

INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Rio Grande do Sul — produção física (1995/1996). Rio de Janeiro: IBGE, jan./dez.

NOTA: Os índices têm como base o mesmo mês do ano anterior = 100

³ O nível da produção industrial do segundo semestre de 1996 foi 10,6 pontos percentuais inferior ao do mesmo período de 1994.

⁴ O comportamento do Índice de Desempenho da Indústria do Rio Grande do Sul (IDI/RS) calculado pela FIERGS confirma a tendência de recuperação da indústria de transformação gaúcha em 1996. Esse indicador, que é uma média ponderada de diversas variáveis (vendas, compras, horas trabalhadas, salário médio, utilização da capacidade instalada e pessoal ocupado), apresentou um crescimento de 4,25% em 1996 quando comparado com o de 1995; basicamente, devido ao desempenho no segundo semestre (SÚMULA ECON., 1997).

O comportamento relativamente expansionista da indústria gaúcha em 1996 não se mostrou, todavia, suficientemente vigoroso para garantir um resultado positivo na taxa de crescimento anual da produção física. O índice acumulado no ano apresentou uma variação de -0,16% no que se refere à indústria de transformação e de -0,15% no que diz respeito à indústria geral. Em termos de taxas de crescimento trimestrais, por sua vez, o destaque coube ao terceiro trimestre, em parte devido à base de comparação deprimida em consequência do aprofundamento da queda no nível de atividade industrial que balizou o segundo semestre de 1995.⁵

A comparação da performance da indústria gaúcha também pode ser avaliada com relação à de outros estados brasileiros. A Tabela 1 apresenta as taxas de crescimento da produção da indústria, semestral e anual, nos oito estados que têm sua produção industrial pesquisada pelo IBGE.

Tabela 1

Taxas de crescimento da produção física industrial
em estados selecionados e no Brasil — 1996

				(%)
ESTADOS	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	NO ANO	
Brasil	-4,6	7,5	1,4	
Pernambuco	-18,5	-1,8	-10,0	
Bahia	5,0	3,6	4,3	
Minas Gerais	0,3	8,8	4,5	
Rio de Janeiro	3,8	4,5	4,1	
São Paulo	-9,0	6,1	-1,5	
Paraná	-3,2	10,5	3,7	
Santa Catarina	-2,5	7,6	2,5	
Rio Grande do Sul	-10,7	12,4	-0,2	

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional; produção física (1996).
Rio de Janeiro: IBGE, dez.

NOTA: Base igual período do ano anterior = 100.

⁵ É importante lembrar que a queda nos níveis da produção industrial que se seguiu ao movimento expansionista da primeira etapa do Plano Real foi mais intensa no Rio Grande do Sul do que no resto do Brasil. Fatores como a redução na renda agrícola e a valorização cambial afetaram segmentos significativos da estrutura industrial gaúcha (SCHERER, 1996a).

Constata-se que cinco estados apresentaram taxas negativas de crescimento no primeiro semestre de 1996 em comparação com igual período do ano anterior, e todos (com exceção de Pernambuco) experimentaram uma expressiva expansão da atividade industrial nos últimos seis meses do ano. O destaque cabe ao Rio Grande do Sul, pela sua excelente performance no segundo semestre, apresentando a taxa de crescimento mais elevada dentre os estados considerados, embora no semestre anterior tenha experimentado uma queda acentuada em sua produção, sendo superado negativamente somente pelo Estado de Pernambuco.

Esse quadro mais favorável do Rio Grande do Sul frente aos demais estados pesquisados no segundo semestre do ano também pode ser observado nas informações sobre a utilização da capacidade instalada. Segundo levantamento realizado pela CNI, confirma-se o Rio Grande do Sul como o estado que apresentou o maior crescimento no nível médio de utilização da capacidade instalada na segunda metade do ano em comparação com igual período do ano anterior.

O desempenho segundo os gêneros industriais

A trajetória de recuperação observada ao longo do ano de 1996 reflete um movimento generalizado de melhora no desempenho da maioria dos 18 gêneros industriais pesquisados pelo IBGE. Com efeito, 13 gêneros apresentaram crescimento contínuo nas taxas acumuladas, sendo que oito deles evoluíram de resultados negativos ao final do primeiro trimestre para taxas positivas no acumulado anual (Tabela 2). Cabe ressaltar, também, que apenas dois gêneros — mecânica e material de transporte — continuaram apresentando quedas de produção superiores a 10%, refletindo uma situação muito mais favorável do que em 1995, quando havia sete gêneros nessas condições. Os demais resultados negativos no ano de 1996 foram relativos à metalurgia (-1,12%), borracha (-0,55%), produtos alimentares (-2,64%) e bebidas (-8,34%).

Tabela 2

Taxas de crescimento acumulado da produção física, por classes e gêneros da indústria, no Rio Grande do Sul — 1996

	(%)			
CLASSES E GÊNEROS	JAN-MAR	JAN-JUN	JAN-SET	JAN-DEZ
Indústria geral	-17,87	-10,70	-3,34	-0,15
Indústria extrativa mineral	15,56	6,16	5,25	2,59
Indústria de transformação	-17,97	-10,76	-3,37	-0,16
Minerais não-metálicos	-16,91	-0,40	5,98	10,31
Metalurgia	-26,86	-17,02	-6,61	-1,12
Mecânica	-58,66	-45,50	-29,19	-13,86
Material elétrico e de comunicações	8,75	6,69	4,82	7,44
Material de transporte	-32,96	-28,94	-25,19	-20,31
Madeira	-11,81	0,08	13,73	16,49
Mobiliário	2,45	11,20	17,92	20,86
Papel e papelão	-7,68	-7,14	-1,69	1,62
Borracha	-20,71	-11,28	-2,12	-0,55
Couros e peles	-10,27	-4,79	3,48	4,89
Química	3,12	-0,65	3,96	2,03
Perfumaria, sabões e velas	20,60	25,82	19,80	17,80
Produtos de matérias plásticas	-12,45	-2,04	3,24	6,63
Têxtil	-27,58	-17,08	-4,15	0,71
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	-7,00	1,49	7,00	8,53
Produtos alimentares	-5,49	-3,75	-0,77	-2,64
Bebidas	-19,48	-15,99	-11,49	-8,34
Fumo	7,91	6,63	8,05	7,24

FONTE: INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Rio Grande do Sul; produção física (1996). Rio de Janeiro: IBGE, dez.

NOTA: Base igual período do ano anterior = 100.

O desempenho positivo ou negativo da indústria estadual, assim como da nacional, vem sendo amplamente direcionado pelas medidas de política econômica adotadas pelo Governo Federal, uma vez que as medidas tomadas repercutem diretamente sobre setores específicos ou sobre a indústria como um todo. O que varia é a intensidade desses efeitos sobre o desempenho face à composição do produto industrial em termos de gêneros e, também, internamente aos mesmos.

Nesse sentido, tanto o maior aprofundamento da queda no nível da atividade fabril no Estado, no segundo semestre de 1995, como a trajetória de recuperação, em 1996, encontram sua principal explicação nas peculiaridades da estrutura industrial gaúcha, determinadas em grande parte pela sua estreita vinculação com a agricultura (seja como fornecedora de insumos e

de equipamentos, seja como processadora de seus produtos) e pela composição da pauta de exportação estadual.⁶ Com efeito, o exame da estrutura do valor agregado da indústria de transformação por gêneros industriais evidencia a concentração em produtos alimentares, mecânica, metalúrgica, vestuário e calçados, fumo e química.⁷ Dentro desses gêneros, o desempenho de produtos como máquinas e implementos agrícolas, máquinas operatrizes (principalmente para calçados e curtumes), calçados femininos de couro, insumos petroquímicos, resinas e fibras artificiais, óleos vegetais, fumo em folha, bem como o beneficiamento de arroz, abate e preparação de carnes e aves contribui decisivamente para a performance da indústria gaúcha como um todo.

A estrutura do valor agregado da indústria do Rio Grande do Sul tem experimentado poucas modificações significativas nos últimos anos, principalmente nos setores produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Há indícios, entretanto, de que a instalação de uma montadora da General Motors poderá servir de estímulo para alguns segmentos que se encontram atualmente adormecidos. São esperados efeitos indiretos, com o poder de alavancagem que a indústria automobilística possui sobre os segmentos da cadeia produtiva. Deve-se salientar, todavia, que os prováveis efeitos econômicos da vinda da montadora sobre os setores metal-mecânico, plásticos e borracha dependerão, principalmente, de como ela e o seu grupo de fornecedores de sistemas de componentes, que constituem o denominado "condomínio industrial", deverão articular-se com as suas próprias redes de fornecedores.

Mecânica e material de transporte foram os gêneros cujo desempenho negativo (-13,86% e -20,31% respectivamente) mais fortemente influenciou a queda de 0,16% verificada na produção acumulada da indústria de transformação no ano de 1996, havendo contribuído com -1,71 e -1,05 pontos percentuais para a formação da taxa da indústria geral. Isso significa que, não fosse por eles, a produção industrial teria apresentado um acréscimo

⁶ Para maiores informações a respeito da composição da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, ver o texto sobre relações internacionais nesta revista.

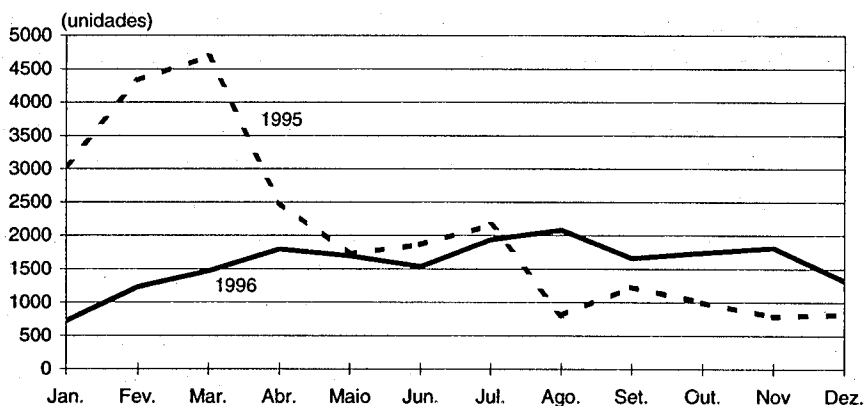
⁷ Juntos, esses seis gêneros representam cerca de 65% do valor agregado da indústria do Rio Grande do Sul em 1996, segundo estimativas do Núcleo de Contas Regionais da FEE. A maior participação é de produtos alimentares (21,29%), seguido da de mecânica (13,55%), esses dois gêneros respondendo por 35% do total do valor agregado da indústria.

próximo dos 3%. Pode-se considerar, portanto, que o recuo na produção de bens de capital vinculados à atividade agrícola, tais como tratores de médio porte e colheitadeiras agrícolas, e na fabricação de produtos do gênero material de transporte, tais como reboques, semi-reboques e carrocerias para ônibus, foi decisivo para o resultado da indústria geral.

O segmento produtor de máquinas agrícolas automotrizes apresentou, em 1996, o pior desempenho desde 1970, tanto em termos de produção quanto de vendas: respectivamente, -23,94% e -41,15%. Apenas os segmentos produtores de tratores de grande porte e de colheitadeiras contabilizaram resultados positivos na produção. Os problemas começaram em abril de 1995 (Gráfico 3 e Tabela 5 do Anexo Estatístico da Indústria), quando foi interrompida a trajetória de expansão impulsionada pela reestruturação por que vinha passando o segmento desde o ano anterior: implantação de programas de qualidade, técnicas mais modernas de organização, formação de parcerias, substituição de equipamentos, etc. (CALANDRO, 1996).

Gráfico 3

Produção mensal de máquinas agrícolas no Brasil — 1995-96



FONTE: CARTA DA ANFAVEA (1996). São Paulo; n.116-127, fev./dez.

CARTA DA ANFAVEA (1997). São Paulo; n.128, jan.

Fatores como as medidas governamentais de restrição ao crédito, o elevado grau de endividamento da agricultura e a perda de renda dos produtores rurais repercutiram negativamente sobre a performance do setor em todos os estados e regiões. Foi somente no início do segundo semestre — depois que os produtores rurais renegociaram suas dívidas com o Banco do Brasil, que os preços pagos aos agricultores começaram a crescer e que novas linhas de financiamento se fizeram acessíveis — que as vendas de máquinas e implementos agrícolas voltaram a aumentar.⁸

A crise que se abateu sobre o setor atingiu pesadamente a indústria gaúcha, pois o Rio Grande do Sul possui um importante parque industrial produtor de máquinas e implementos agrícolas. Segundo dados da Anfavea (ANU. ESTAT. INDÚSTR. AUTOM. BRASIL., 1996), o Estado é responsável por cerca de 50% da fabricação nacional de tratores, primordialmente de pequeno e médio portes (até 99HP) e de 65% da de colheitadeiras automotrizas.

A indústria de máquinas agrícolas no Estado iniciou o ano de 1996 com uma enorme ociosidade da capacidade instalada e com as vendas praticamente estagnadas. Embora as compras efetuadas pela indústria tivessem começado a aumentar já no mês de junho, a recuperação efetiva fez-se presente apenas a partir de agosto, quando o nível de utilização da capacidade instalada voltou a superar os 80% e as vendas passaram a apresentar crescimento ao serem comparadas com as do mesmo mês do ano anterior. No balanço anual, entretanto, os resultados continuaram negativos. De acordo com os indicadores elaborados pela FIERGS, as vendas acumuladas no ano diminuíram 4,80% em relação a 1995, restando um estoque em níveis superiores ao necessário para ser comercializado nos próximos meses.

As empresas gaúchas exportam parte de sua produção, prioritariamente, para os países da América do Sul. A Argentina e o Paraguai são os principais compradores, seguidos de Uruguai e Bolívia. As vendas externas vêm crescendo nos últimos anos, havendo representado uma importante fonte de escoamento da produção no ano de 1996, de um lado, em decorrência da adoção de uma estratégia exportadora pelas empresas líderes, e, de outro, como uma alternativa ao estreitamento do mercado interno. Com efeito, segundo a **Carta da Anfavea** (1997), no ano em análise as exportações brasi-

⁸ É importante ressaltar, também, que, ao contrário de outros bens de capital, as máquinas e implementos agrícolas praticamente não vêm sofrendo a concorrência de bens importados.

leiras de máquinas agrícolas (em grande parte oriundas de empresas localizadas no Rio Grande do Sul⁹) cresceram 61,96% quando comparadas com 1995.

A crise que abalou o segmento produtor de máquinas agrícolas nestes últimos dois anos, portanto, revestiu-se de um caráter conjuntural. As suas perspectivas estão diretamente vinculadas às potencialidades da agricultura nacional que, se sabe, são enormes. Assim, é fácil entender por que as empresas norte-americanas Agco e John Deere, duas das cinco maiores fabricantes de máquinas agrícolas do mundo, entraram no mercado brasileiro associando-se a duas empresas gaúchas durante o ano de 1996.¹⁰

Dentre os demais gêneros que evoluíram desfavoravelmente no ano em análise, destacam-se, ainda, bebidas (-8,34%) e produtos alimentares (-2,64%). Ambos vêm se ressentindo do processo de abertura da economia, embora este não seja o principal motivo para sua performance negativa. Em bebidas, ressalta a situação do setor vinícola, que foi socorrido, em dezembro, por um conjunto de medidas visando à sua recuperação. As medidas referem-se ao parcelamento, à redução e/ou prorrogação do ICMS, à criação do Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura (Fundovitis) e à concessão de incentivos financeiros do Programa de Recuperação Industrial (Prin)¹¹. Quatorze empresas do setor já tinham seus projetos aprovados para receber esses incentivos ao final do mês de dezembro (SETOR..., 1997).

Mais preocupante é o desempenho negativo do gênero produtos alimentares, o qual havia crescido 9,04% em 1995. Com uma contribuição de -0,47 pontos percentuais na formação da taxa geral da indústria, os produtos alimentares não acompanharam o movimento de recuperação que se fez fortemente presente no último trimestre do ano na grande maioria dos gêneros industriais pesquisados, além de apresentar taxas negativas ao longo de

⁹ Especificamente no caso de tratores agrícolas, o Rio Grande do Sul exportou US\$ 38.073 mil em 1996, o que representou um crescimento de 68,31% sobre o valor exportado no ano anterior.

¹⁰ A Agco comprou a divisão de máquinas agrícolas do grupo Ilochpe-Maxion, e a SLC fez uma *joint-venture* com a John-Deere, a qual passou a deter 40% do capital da nova empresa criada, a SLC-John Deere (PEREIRA FILHO, 1996).

¹¹ Basicamente, o Prin concede a restituição de 45% a 75% do ICMS. No caso do setor vinícola, o incentivo estende-se por um período de oito meses, sem possibilidade de prorrogação. Além do setor vinícola, foram contempladas empresas do setor de conservas (10), curtumes (6), máquinas para fábricas de calçados e curtumes (3) e máquinas e implementos agrícolas (1) (SETOR ..., 1997).

todo o ano.¹² Com uma base forte na agricultura, esse desempenho reflete a quebra na safra de verão de grãos no Rio Grande do Sul — arroz, feijão, milho e soja — que representou uma redução de 5,5 milhões de toneladas, equivalente a uma diminuição de 32% na produção.¹³ A demora na liberação do crédito para custeio havia induzido um decréscimo na área plantada, situação que foi agravada pela estiagem que se fez sentir no início do ano. Na indústria alimentícia, o maior impacto foi sentido no beneficiamento de arroz e na produção de farelo e óleo de soja.

Quanto aos gêneros que apresentaram taxas anuais de crescimento positivas, destacam-se mobiliário (20,86%), perfumaria, sabões e velas (17,80%) e madeira (16,49%), os dois primeiros com bom desempenho ao longo de todo o ano, embora se ressalte sua reduzida contribuição na formação do resultado global.

O desempenho da indústria moveleira gaúcha é particularmente interessante, pois é um setor que vem apresentando crescimento significativo nos últimos cinco anos, com investimentos em torno de US\$ 200 milhões anuais na compra de máquinas e equipamentos para enfrentar a concorrência externa, por um lado, e para conquistar novos mercados, por outro (JUNG, 1996), conquistando uma maior parcela no valor agregado da indústria gaúcha (passou de 2,8% em 1993 para 4,6% em 1996, conforme Tabela 6 do Anexo Estatístico da Indústria). Deve-se notar que as maiores empresas do setor obtiveram crescimento na medida em que procuraram novas alternativas, como o lançamento de novos produtos, com vistas a encontrarem novos nichos de mercado e a buscarem uma maior parceria com fornecedores. Tendem, assim, a uma conformação semelhante aos *clusters*, situação em que a proximidade entre fabricantes e fornecedores permite a complementaridade e o desenvolvimento conjunto de melhoramentos com vistas à sustentação e ao incremento de sua competitividade.

¹² O desempenho do gênero produtos alimentares no Rio Grande do Sul também se diferencia sobremaneira de seu similar a nível nacional. Com uma taxa de crescimento de 5,14%, o gênero produtos alimentares, em nível de Brasil, registrou uma das contribuições mais elevadas para a formação da taxa geral da indústria brasileira em 1996 (0,57 pontos percentuais).

¹³ "(...) as perdas da presente safra anunciam-se notáveis quando comparadas à média do quinquênio e chegam a ser extraordinárias em relação à safra passada" (KUHN, 1996, p.49).

De toda a produção moveleira gaúcha, 18% do volume produzido abastece o mercado regional, 75% é consumido em outros estados e 7% é destinado para o mercado externo (JUNG, 1996). Mais de 70% das exportações são encomendas da rede de comercialização do mercado alemão, que, muitas vezes, fornece o *design* e exige a utilização de material ecológico. Os países desenvolvidos mostram-se resistentes na compra de móveis de madeira maciça, o que poderia ser contornado mediante a criação de uma espécie de selo verde, a exemplo do europeu, que garantisse que a madeira provém de florestas de manejo (YANAKIEW, 1997).

Também com taxas de crescimento anuais positivas relativamente elevadas, mas com maior peso na composição da taxa geral da indústria, destacam-se vestuário, calçados e artefatos de tecidos (8,53% e participação de 0,91 pontos percentuais); material elétrico e de comunicações (7,44% e participação de 0,35 pontos percentuais); e fumo (7,24% e participação de 0,28 pontos percentuais).

O gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos vem se refazendo dos problemas advindos da política de apreciação cambial, de um lado, e do processo de abertura da economia, de outro. Já a partir do segundo trimestre de 1996, o gênero apresentou resultados positivos na comparação com o mesmo período de 1995. O bom desempenho refletiu-se, inclusive, na sua participação no valor agregado da indústria, o qual passou de 8,26%, em 1994 para 9,04% em 1996 (Tabela 6 do Anexo Estatístico da Indústria), participação ainda muito inferior aos 13,32% de 1985.

Deve-se notar que os setores têxtil e de calçados têm recebido atenção especial por parte do Governo Federal desde 1995, com o objetivo de restaurar sua competitividade, principalmente no mercado internacional. Em meados de 1996, foram lançados, inclusive, dois novos programas de incentivo aos referidos setores, oferecendo condições mais vantajosas de financiamento aos investimentos direcionados para a modernização produtiva e gerencial (BNDES ..., 1996). Entretanto, de acordo com o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, as novas linhas de crédito do BNDES ainda são limitadas em função das necessidades das empresas. Em 1996, os setores receberam, em conjunto, cerca de R\$ 115 milhões (EMPRÉSTIMOS ..., 1997).

Especialmente no caso da indústria calçadista, a reação à forte concorrência de países com custos salariais menores levou à busca de uma melhoria da qualidade e da produtividade, de modo a ampliar suas vantagens competitivas. Uma das estratégias seguidas tem sido a comercialização externa de produtos com maior valor agregado e preço médio mais elevado,

na tentativa de ampliar a participação em mercados de renda média mais alta. As exportações gaúchas de calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes (Capítulo 64 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias) cresceram 13,89% entre 1995 e 1996.

Outra estratégia tem sido a migração das empresas líderes de calçados do Rio Grande do Sul e de São Paulo para os estados do nordeste brasileiro, especialmente o Ceará, com vistas a reduzir custos e preços. A existência de mão-de-obra mais barata e abundante, a concessão de incentivos fiscais muito atraentes, a implantação de programas governamentais de treinamento de trabalhadores para comporem cooperativas de trabalho com pagamento por produção, dentre outros, constituem-se fortes fatores de atração, o que explica a existência de oito unidades produtivas filiais de empresas grandes, como Grendene, Dakota, Dilly, Azaléa e Ortopé, no Nordeste, no final de 1996, e a manifestação de interesse de mais algumas outras (YANAKIEW, 1996).

Com a valorização do real, ficou difícil competir com os calçados chineses, tanto dentro como fora do País. Além de concorrer diretamente no mercado interno brasileiro, a China vem conquistando os Estados Unidos, principal comprador de sapatos baratos e principal mercado dos calçados gaúchos. Paralelamente a isso, ampliou-se também a concorrência na fatia "B" do mercado de calçados, em que o Brasil disputa diretamente com o produto espanhol. A desvalorização da lira vem permitindo que o calçado italiano, reconhecido por sua qualidade e *design* superiores, também participe desse mercado.

Outro gênero que apresentou taxas de crescimento positivas e que teve uma contribuição significativa para a taxa global da indústria foi o fumo, que havia se ressentido bastante da política de valorização cambial pós Plano Real, uma vez que é prioritariamente voltada para o mercado externo. A consequência foi uma ampla reestruturação do setor envolvendo fusão e incorporação de empresas, com redução do número de empregados, e busca de uma maior integração com os produtores da matéria-prima, elevando a produtividade média do setor.

Tal fato, associado ao aquecimento do mercado interno e à recuperação dos preços praticados no mercado internacional, induzida pela redução nos estoques mundiais do produto, estimulou a realização de novos investimentos e a retomada nas exportações. Com efeito, em dezembro de 1996, a Souza Cruz, a maior empresa do setor no Brasil, inaugurou em Santa Cruz do Sul o maior complexo de processamento de fumo do Mundo (um investimento de US\$ 81 milhões), com capacidade para industrializar 120 mil to-

neladas de tabaco por ano, direcionadas, prioritariamente, para o mercado externo (BAHIA, 1996)¹⁴.

O fumo em folha é um dos principais produtos da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, respondendo por cerca de 15% do montante comercializado. Em 1996, as suas vendas externas cresceram 36% em relação ao ano anterior. As exportações seguem para mais de 50 países, sendo a Europa e os Estados Unidos os principais mercados consumidores (respectivamente, 50% e 35% do valor exportado).

Considerações finais

Como foi examinado nas seções anteriores, o reaquecimento da produção foi a principal característica da evolução da indústria brasileira em 1996. Como resultado, esse setor deverá iniciar 1997 com um nível de produção visivelmente superior à média de 1996, ao contrário do que aconteceu em 1996 em relação à média do ano anterior. A despeito de algumas importantes oscilações dos índices mensais da produção e do resultado negativo para a indústria de bens de capital no acumulado do ano, um aspecto relevante da expansão da atividade industrial foi seu perfil generalizado. Vale ressaltar, ainda, que a liderança desse crescimento coube aos segmentos fabricantes de bens duráveis de consumo.

Grosso modo, os esforços da equipe econômica direcionaram-se, principalmente, para a manutenção do crescimento e para a redução do déficit comercial, sem grandes modificações na política cambial. Como já mencionado anteriormente, o principal instrumento utilizado para estimular a expansão das atividades produtivas foi a flexibilização da política monetária, cujos impactos positivos sobre o nível de atividade rapidamente se verificaram. No que se refere à redução dos desequilíbrios da balança comercial, a ênfase recaiu, sobretudo, em imprimir maior dinamismo às vendas externas, mediante a diminuição dos custos internos relacionados aos produtos de exportação. Desse modo, as medidas que vêm sendo adotadas incidem sobre a

¹⁴ Deve-se notar que este não foi o único investimento na indústria fumageira gaúcha. A Philip Morris investiu US\$ 227 milhões na ampliação de sua fábrica em Santa Cruz do Sul.

estrutura previamente existente, procurando introduzir melhorias incrementais nos segmentos que já atuam no mercado internacional, de forma a promover um aumento nas exportações para contrabalançar o crescimento das importações decorrente da abertura do mercado brasileiro e da recuperação da economia. As ações governamentais, entretanto, ainda não se traduziram em resultados positivos até o momento. Não se deve esquecer, também, que o mercado interno sempre se constituiu no *locus* preferencial de comercialização dos produtos fabricados no País, especialmente em momentos de elevação da demanda.

Como se sabe, a inserção da indústria brasileira no mercado internacional caracteriza-se pela exportação de produtos intensivos em recursos naturais e/ou energia. Foi nesses segmentos que o País conquistou as maiores vantagens competitivas. No entanto, como vem sendo amplamente debatido, esse tipo de inserção impõe limites à expansão acelerada das exportações, pois a demanda por esses produtos tende a ser pouco dinâmica, e os preços, definidos no mercado internacional, sofrem oscilações freqüentes, sendo muito sensíveis aos movimentos das economias dos principais produtores. Por outro lado, o baixo nível de salário é outra fonte de vantagem competitiva para alguns segmentos industriais brasileiros, que, no entanto, tem sido erodida nos últimos anos pela entrada de países no mercado (China, por exemplo), principalmente, de produtos têxteis, confecções e calçados.

A política de exportação que vem sendo adotada pelas autoridades econômicas tende a não alterar a pauta de exportações e a não gerar grandes modificações na estrutura produtiva do País, pois não estimula a criação ou o aperfeiçoamento de setores mais intensivos em tecnologia e dinâmicos do ponto de vista de aumentos sistêmicos de produtividade. Adicionalmente, pelo lado dos investimentos externos, também não se detecta um movimento que resulte na modificação da estrutura produtiva existente e dos fluxos de comércio, pois grande parte desses investimentos direcionam-se para a aquisição de empresas (privadas e públicas) já instaladas no País. Tem-se, então, que são restritas as possibilidades de incrementos significativos nas exportações brasileiras, se forem mantidas as linhas básicas da política econômica. Para a produção industrial brasileira, o pequeno dinamismo das exportações traz ainda um risco adicional, com a possibilidade da adoção de medidas contracionistas objetivando a redução do déficit comercial, o que inviabilizaria a manutenção da atual trajetória de crescimento por um período mais longo.

Para a indústria gaúcha, os problemas que ameaçam a manutenção do crescimento industrial brasileiro tendem a incidir ainda mais fortemente, dadas as características da matriz industrial do Estado e de sua pauta de exportação. Como ficou evidenciado ao longo do texto, grande parte dos segmentos mais importantes da indústria gaúcha é fabricante de produtos tradicionais, pouco sofisticados do ponto de vista tecnológico e tem sua competitividade assegurada, principalmente, pelo baixo nível de salários. As dificuldades encontradas no mercado internacional e a concorrência com produtos estrangeiros no mercado interno põem em risco o dinamismo da indústria do Rio Grande do Sul, tendo em vista que os fortes encadeamentos intersetoriais que caracterizam a matriz industrial do Estado permitem que os efeitos se reproduzam rapidamente. Agrega-se a isso o início de um processo de realocação industrial no País, caracterizado pela busca de regiões onde o custo com a mão-de-obra é, notadamente, mais baixo, impulsionando a saída de algumas unidades produtivas do Estado (calçados, principalmente).

Caso esse movimento seja mantido nos próximos anos, poderá resultar em grave ameaça para o dinamismo que a indústria gaúcha vem apresentando, e, novamente, esse setor enfrentará um período de adequação ao movimento geral da indústria brasileira. De todo modo, a instalação de uma empresa automobilística no Estado poderá representar o início de uma mudança na composição da indústria gaúcha, com a modificação do perfil da produção a partir da incorporação de produtos com maior valor agregado.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA: 1957-1995 (1996). São Paulo : ANFAVEA.
- BAHIA, Carolina (1996). Complexo da Souza Cruz vai aumentar exportação. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.22, 12 dez.
- BAHIA, Carolina (1997). Mercado de máquinas agrícolas reage em janeiro. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.13, 18 fev.
- BNDES cria novas linhas de crédito para calçados e têxteis (1996). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.7, 22 jul.
- CAI vertiginosamente produção de bens de capital (1997). **DCI**. São Paulo p.8, 10/ 12 fev.

- CALANDRO, Maria Lucrécia (1996). Indústria: desempenho no ano de 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.38-52, abr.
- CARTA DA ANFAVEA (1997). São Paulo : ANFAVEA, n.128, jan.
- ELETRDOMÉSTICOS - caem preços e aumenta consumo (1997). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 8, 2 jan.
- ELETRÔNICO fatura 16% mais em 96 (1997). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2,7 jan.
- EMPRÉSTIMOS do BNDES sobem 67% em 96 (1997). **Folha de São Paulo**, p.2-7, 11 jan.
- FRANCO, Luciana (1996). Indústria de máquinas não desengatou a marcha à ré. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.B-20, 8 out.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Brasil; produção física (1996). Rio de Janeiro : IBGE, dez.
- INDICADORES CONJUNTURAIS DA INDÚSTRIA: Regional; produção física (1996). Rio de Janeiro : IBGE, dez.
- INDICADORES INDUSTRIAIS CNI (1996). Rio de Janeiro : CNI, dez.
- JUNG, Ana P. (1996). Indústria moveleira: crescimento de 5% estimula setor a investir. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.2-3, 19 fev. **Jornal da Indústria**.
- KUHN, Miriam J. (1996). A safra de grãos 1995/96. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.42-52.
- PEREIRA FILHO, Arthur (1996). Mudança no ICMS anima os fabricantes de tratores. **Folha de São Paulo**, p. 2-9, 29 set.
- SCHERER, André L. F. (1996a). O Plano Real e as possibilidades de crescimento da atividade industrial. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.53-71.
- SCHERER, André L. F. (1996b). A busca do crescimento industrial sustentado. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3, p.61-70.
- SETOR Vinícola é o que mais recorre ao Prin (1997). **Jornal do Comércio**, p.8, 16 jan.
- SÚMULA ECONÔMICA (1997). Porto Alegre: FIERGS, dez./jan.
- YANAKIEW, Monica (1996). Indústrias calçadistas migram para o Ceará. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-7, 27 nov.
- YANAKIEW, Monica (1997). Indústrias de móveis precisam de design. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 28 jan.